



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ELAYNE MATIAS ARAÚJO DE LIRA

Cooperação Internacional Descentralizada e Desenvolvimento Urbano Sustentável:
estratégias para o fortalecimento da governança em Jaboatão dos Guararapes/PE (2017–2022)

SÃO CRISTÓVÃO

2026

ELAYNE MATIAS ARAÚJO DE LIRA

Cooperação Internacional Descentralizada e Desenvolvimento Urbano Sustentável:
estratégias para o fortalecimento da governança em Jaboatão dos Guararapes/PE (2017–2022)

Trabalho de Conclusão Curso II apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Edson Tomaz de Aquino

SÃO CRISTÓVÃO

2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, a Deus, que me sustentou nos momentos de maior dificuldade, reacendendo a esperança e fortalecendo minha fé quando o caminho parecia incerto e as forças ameaçavam faltar. Sua presença constante foi o alicerce que me permitiu seguir em frente e concluir esta etapa da minha trajetória.

Aos meus pais, Antônio (in memoriam) e Veroneide, expresso minha mais profunda gratidão. Desde cedo, compreenderam que o trabalho era indispensável para o sustento da família, em um contexto em que as políticas sociais ainda não alcançavam a realidade de tantas famílias nordestinas. Mesmo sem terem concluído o ensino médio naquele período, nunca deixaram de acreditar no poder transformador da educação. Foi com o exemplo de honestidade, perseverança e dignidade que me ensinaram o verdadeiro valor do esforço e da dedicação. Tudo o que conquistei tem suas raízes nos princípios que recebi dentro de casa.

Estendo meu agradecimento aos meus familiares, que, de diferentes maneiras, estiveram ao meu lado ao longo dessa caminhada. Seja por meio de palavras de incentivo, do apoio oferecido dentro de suas possibilidades ou do acolhimento nos momentos mais difíceis, cada gesto foi importante para que eu chegasse até aqui. Guardo um carinho especial pelos meus avós, Zé Prego e Nila, e por minha tia Terezinha, exemplos de bondade, cuidado e amor, cada qual à sua maneira, que marcaram profundamente minha vida.

Ao longo dessa jornada, a vida também me presenteou com pessoas que ultrapassaram os limites da amizade e se tornaram família. A elas, dedico minha mais sincera gratidão. À família Ribeiro, pela alegria contagiante e pelo apoio constante; à família Santana, em especial a Daila, por me ensinar que é possível encontrar motivos para sorrir mesmo nos dias mais difíceis; a Gleize e Olga, por me mostrarem que lar nem sempre é um lugar, mas um sentimento construído pelo afeto; à família Scaramussa, especialmente na pessoa de Simone, que me acolheu com generosidade como parte da família; à família Damasceno Chaves, que esteve presente durante os momentos de maior cansaço das longas jornadas de trabalho em escala 6x1; e à família Borges, que, com sua disponibilidade e amizade, reafirmou diariamente que bons vizinhos são, de fato, uma bênção.

Por fim, agradeço à universidade e a todos os professores que fizeram parte da minha formação. Mesmo diante dos desafios e limitações inerentes ao ensino, exerceram seu trabalho com compromisso e responsabilidade, contribuindo para minha formação acadêmica e pessoal.

De modo especial, agradeço ao professor Edson, pela paciência, pela compreensão e pela orientação segura ao longo deste percurso.

Ao longo da vida, aprendi que a família é formada tanto pelos laços de sangue quanto pelas pessoas que escolhem caminhar ao nosso lado. Esta conquista é fruto de ambos os encontros. A todos que, de alguma forma, caminharam ao meu lado e contribuíram para que este momento fosse possível, deixo registrada minha mais sincera gratidão. Esta conquista também pertence a cada um de vocês.

RESUMO

Este estudo examina o papel da Cooperação Internacional Descentralizada na promoção do desenvolvimento urbano sustentável no município de Jaboatão dos Guararapes/PE, levando em consideração os desafios relacionados à infraestrutura urbana, ao saneamento básico e ao fortalecimento das capacidades institucionais da administração municipal. O estudo busca explorar como as ações internacionais dos governos subnacionais podem aprimorar o planejamento urbano e apoiar políticas públicas alinhadas com a Agenda 2030. A pesquisa segue uma metodologia qualitativa baseada em revisão de literatura e estudo de caso de 2017 a 2022. Os resultados mostram que, embora o município apresente restrições estruturais e institucionais, a cooperação internacional descentralizada é uma ferramenta que pode fortalecer a governança local ao: aumentar a capacidade técnica da administração pública; iniciar a coordenação com outros atores; e, por fim, ampliar aquilo que o município consegue gerenciar para enfrentar desafios urbanos. Conclui-se que a integração do planejamento estratégico, o fortalecimento institucional e a cooperação internacional são uma ferramenta essencial para promover o desenvolvimento urbano sustentável, sendo o nível de implementação local a chave para o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras Chave: Desenvolvimento Urbano Sustentável; Cooperação Internacional Descentralizada; Governança Local; Infraestrutura Urbana; Agenda 2030.

ABSTRACT

This study investigates the role of Decentralized International Cooperation in fostering sustainable urban development in Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, Brazil. It addresses challenges related to urban infrastructure, basic sanitation, and the strengthening of municipal institutional capacities. Using a qualitative methodology based on literature review and a case study (2017–2022), the research explores how subnational governments' international actions can enhance urban planning and support public policies aligned with the 2030 Agenda. Findings indicate that, despite structural and institutional constraints, decentralized international cooperation strengthens local governance by expanding technical capacity, promoting coordination among actors, and broadening municipal management of urban challenges. The study concludes that strategic planning integration, institutional strengthening, and international cooperation are essential tools for advancing sustainable urban development, with local implementation being key to achieving the Sustainable Development Goals.

Keywords: Sustainable Urban Development; Decentralized International Cooperation; Local Governance; Urban Infrastructure; 2030 Agenda.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
CID	Cooperação Internacional Descentralizada
CGLU	Cidades e Governos Locais Unidos
FNP	Frente Nacional de Prefeitos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI	Governos Locais pela Sustentabilidade (<i>Local Governments for Sustainability</i>)
IUC-LAC	Cooperação Urbana e Regional Internacional para a América Latina e o Caribe (<i>International Urban and Regional Cooperation – Latin America and the Caribbean</i>)
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMR	Região Metropolitana do Recife
SMRI	Secretaria Municipal de Relações Internacionais
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade	10
3. Cooperação Internacional Descentralizada e Agenda 2030	12
3.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	15
4. Paradiplomacia e a atuação internacional dos governos subnacionais	16
5. Diagnóstico de Jaboatão (2017–2022)	18
5.1 Caracterização territorial, desenvolvimento urbano e desafios estruturais	18
5.2 Capacidades institucionais e governança para o desenvolvimento sustentável	20
6. Estratégias para o Desenvolvimento Urbano Sustentável	21
6.1 Fortalecimento da governança local e das capacidades institucionais	21
6.2 Cooperação internacional descentralizada como estratégia para o desenvolvimento urbano sustentável	23
7. Considerações Finais	24
REFERÊNCIAS	25

1. Introdução

O crescente aumento dos problemas urbanos evidencia que o desenvolvimento das cidades não pode ser observado apenas sob a ótica do crescimento econômico. A expansão desordenada da urbanização, associada à insuficiência de investimentos em infraestrutura e saneamento básico, contribui para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais e da vulnerabilidade ambiental. Como observa Costa (1999), o desenvolvimento urbano sustentável consolidou-se como um referencial capaz de integrar as dimensões econômica, social e ambiental, reconhecendo que a infraestrutura urbana constitui elemento indispensável para a promoção da qualidade de vida e da justiça social. Nessa perspectiva, serviços como abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos deixam de representar apenas requisitos técnicos e passam a ser compreendidos como elementos fundamentais do desenvolvimento sustentável.

Essa compreensão foi fortalecida pelo Relatório Brundtland, que definiu o desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras (CMMAD, 1991). Do ponto de vista urbano, esse entendimento reforça a necessidade de políticas públicas integradas e de mecanismos capazes de fortalecer a gestão local. Entre esses mecanismos, destaca-se a Cooperação Internacional Descentralizada, que aumenta as possibilidades de intercâmbio técnico, do fortalecimento institucional e da articulação entre governos subnacionais.

Conforme destacam Lecours (2008) e Salomón (2008), a atuação internacional de estados e municípios passou a constituir uma estratégia importante para apoiar o desenvolvimento local por meio da cooperação técnica, da troca de experiências e da construção de parcerias voltadas à solução de problemas comuns.

O município de Jaboatão dos Guararapes foi escolhido como objeto desta pesquisa por reunir características que refletem os desafios enfrentados por diversos municípios brasileiros inseridos em regiões metropolitanas. Apesar de sua relevância econômica e populacional, o município convive com desigualdades socioespaciais, déficits de infraestrutura urbana, limitações no saneamento básico e recorrência de eventos hidrológicos extremos, fatores que demonstram a necessidade de fortalecer o planejamento urbano e as capacidades institucionais da administração pública (PESSOA NETO; SILVA; BARBOSA, 2022). Nesse sentido, a cooperação internacional descentralizada apresenta-se como alternativa capaz de apoiar a

formulação e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável.

O recorte temporal compreende o período de 2017 a 2022, que corresponde ao início de uma nova gestão municipal e ao contexto de consolidação da Agenda 2030 no Brasil. A pesquisa busca responder de que forma a Cooperação Internacional Descentralizada pode contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais e para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável em Jaboatão dos Guararapes, especialmente nas áreas de infraestrutura urbana e saneamento básico. Para isso, adota a abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. O trabalho está estruturado em seis tópicos, que abordam os fundamentos do desenvolvimento urbano sustentável, a cooperação internacional descentralizada, a atuação internacional dos governos municipais, o diagnóstico do município e, por fim, as estratégias voltadas ao fortalecimento da governança local e da cooperação internacional como instrumentos de promoção para o desenvolvimento urbano sustentável.

2. Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

O debate sobre desenvolvimento urbano esteve, por muito tempo, associado ao crescimento econômico, à expansão territorial e à modernização da infraestrutura. No entanto, a crítica a esse modelo levou à incorporação progressiva da lógica socioambiental como elemento estruturante das políticas urbanas. No artigo *Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?* (COSTA, 1999), destacam-se, sobretudo, dois debates conceituais que envolvem a definição do termo. O primeiro está relacionado às diferenças de trajetória entre a análise ambiental e a análise urbana que, por pertencerem a campos distintos, acabam incorporando objetivos e enfoques diversos. O segundo se refere à divergência entre formulações teóricas e propostas de intervenção, o que tem resultado na separação entre a análise social e urbana de caráter crítico e o planejamento urbano. Segundo Costa (1999, p. 62), o conceito de desenvolvimento sustentável se tornou um “guarda-chuva” abrigando várias abordagens e propostas que promovem ao mesmo tempo a união de várias origens e a banalização da sua definição, transformando-o em um objeto de retórica. De modo geral, a autora aponta que o debate trouxe como avanço a noção de que “não há desenvolvimento que não seja sustentável” criticando assim a lógica de crescimento econômico a qualquer custo.

A transição para a lógica do desenvolvimento sustentável ganha maior consistência a partir da consolidação do conceito no âmbito internacional, após o Relatório *Brundtland* (1987),

ou *Nosso Futuro Comum*, encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa tinha como objetivo o desenvolvimento sustentável através da articulação entre indivíduos, recursos, meio ambiente e desenvolvimento, apontando que o desenvolvimento sustentável se baseia em atender “às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Conforme apontado por Sobrinho (2008, p. 121), o Relatório destaca a necessidade de fortalecimento da gestão local, ao defender que o alcance de um nível adequado de urbanização exige a consideração das especificidades de cada realidade, em vez da adoção de modelos padronizados. Isso porque cada região apresenta diferenças quanto a hábitos, formas urbanas, prioridades sociais e condições ambientais, aspectos que devem ser considerados para a construção de um plano de desenvolvimento urbano efetivo. Apesar dessa perspectiva, o Relatório também reconhece os desafios enfrentados pelas autoridades locais:

Para se tornarem agentes-chave do desenvolvimento, os governos das cidades precisam de maior capacidade política, financeira e institucional, e sobretudo de acesso a uma parcela maior da riqueza gerada na cidade. Somente desse modo as cidades poderão adaptar e desenvolver uma parte da vasta gama dos instrumentos disponíveis para tratar dos problemas urbanos (CMMAD, 1988 p. 277, apud SOBRINHO, 2008, p.122).

Na visão de Cohen (2018, apud BALBIM, 2023, p. 17), a diversidade de definição acerca da sustentabilidade urbana é baseada na ausência de padronização de termos e conceitos e na simplificação do tripé que o desenvolvimento sustentável está apoiado (aspectos econômicos, ambientais e sociais). No campo urbano, essa definição impulsionou a revisão de políticas públicas voltadas à mobilidade, habitação e gestão ambiental. A atuação internacional estratégica das cidades, especialmente no campo comercial relacionado a tecnologias ambientais e urbanas – como as voltadas à resiliência – tem atraído interesse de empresas, governos e agências internacionais, estimulando a estruturação de redes de negócios (*business networks*) que articulam interesses públicos e privados (BALBIM, 2023, p. 34).

No cenário atual, a discussão sobre cidades inteligentes (*smart cities*) ganha relevância, como instrumento para impulsionar um progresso urbano humano e sustentável. Barreto e Andrade (2022, p. 3) afirmam que as cidades inteligentes resultam da união entre planejamento urbano e tecnologias da informação e comunicação, aproximando cidadãos e gestores na construção de uma cidade mais humana, colaborativa e sustentável.

Em contrapartida, Balbim (2023, p. 11) pondera que, embora a adoção de tecnologias de ponta possa trazer benefícios em determinados contextos, sua aplicação não se mostra

compatível com realidades urbanas que ainda não superaram desafios estruturais básicos. O autor conclui que, para refletir sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS), é necessário abandonar o padrão de urbanização historicamente associado aos países do Norte Global, caracterizado pelo elevado consumo de espaço, energia e mercadorias.

No que se refere às políticas públicas urbanas, elas constituem ferramentas importantes para direcionar o progresso urbano em direção a um futuro sustentável, articulando dimensões sociais, econômicas e ambientais. Para Henri Acselrad (1999, p. 86), ocorre um efeito em cadeia no qual a ausência de investimentos na manutenção das estruturas urbanas acentua o déficit na oferta de serviços, o que, por sua vez, contribui para a segmentação socioterritorial e culmina em uma crise de legitimidade das políticas urbanas. Simplificando, se as iniciativas não conseguem satisfazer as necessidades urbanas fundamentais, a sustentabilidade a longo prazo fica comprometida.

Sendo assim o autor Sachs (2022) apresenta a diferença entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sendo que o primeiro se refere à dimensão ambiental, enquanto o segundo diz respeito à interconexão entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e a proteção ambiental. Para tanto, o autor defende que o investimento público deve ser posto em setores da saúde, educação, infraestrutura, tecnologia, meio ambiente e justiça social, porque todos compõem o conjunto de serviços públicos essenciais. Essa perspectiva reforça a ideia de que as políticas públicas urbanas devem ser planejadas como um conjunto de mecanismos interligados que promovem não apenas eficiência técnica, mas também justiça social e proteção ambiental, que está alinhado com as metas estabelecidas pela Agenda 2030.

3. Cooperação Internacional Descentralizada e Agenda 2030

A Agenda 2030 é um dos elementos internacionais principais para a promoção do desenvolvimento sustentável. A cooperação internacional não centralizada assume papel importante ao fortalecer o desenvolvimento sustentável das entidades subnacionais por meio da articulação de parcerias internacionais que ultrapassam o âmbito tradicional dos Estados nacionais. Como apresentado pelo autor Lecours (2008, p. 3-4), a paradiplomacia tem três dimensões a econômica, cooperativa e política. Elas abrangem desde a atração de investimentos e oportunidades comerciais até intercâmbios técnicos, culturais, além do fortalecimento da representação política das comunidades locais. Essa concepção demonstra que a atuação internacional dos governos subnacionais pode extrapolar a cooperação técnica, assumindo caráter estratégico para o desenvolvimento territorial (LECOURS, 2008, p. 3-4, apud

BATISTA, 2019, p. 12). Do ponto de vista brasileiro, essa atuação passou a ser compreendida como cooperação internacional federativa ou cooperação internacional descentralizada, que são expressões utilizadas para designar o conjunto de iniciativas desenvolvidas por estados e municípios em parceria com entes estrangeiros e organismos regionais, a exemplo do Mercosul (SALOMÓN, 2008).

Essa perspectiva dialoga com os princípios da Agenda 2030, adotada pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estruturados nas dimensões econômica, social e ambiental. Ao propor um modelo de desenvolvimento que se comprometa com o princípio de "não deixar ninguém para trás", a Agenda 2030 estabelece a necessidade de cooperação entre diferentes níveis de governo, instituições e setores da sociedade.

Nesse contexto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17) destaca o fortalecimento das parcerias como condição indispensável para ampliar os meios de implementação, estimular a transferência de tecnologia, promover a capacitação institucional e ampliar o acesso a recursos financeiros voltados ao desenvolvimento sustentável (GT AGENDA 2030, s.d.). A cooperação internacional descentralizada insere-se nesse cenário ao possibilitar que governos subnacionais integrem redes de cooperação, compartilhem experiências e fortaleçam sua capacidade institucional para enfrentar desafios relacionados às desigualdades urbanas, às deficiências de infraestrutura e à preservação ambiental.

Assim, a cooperação internacional descentralizada amplia o alcance da atuação internacional dos governos subnacionais ao reconhecer sua capacidade de estabelecer parcerias voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável em âmbito local. Rodrigues (2004, p. 40, apud BATISTA, 2019, p. 17) define essa atuação como política externa federativa, entendida como "a estratégia própria de um estado ou município, desenvolvida no âmbito de sua autonomia, visando a sua inserção internacional de forma individual ou coletiva". A definição mostra que estados e municípios podem construir estratégias próprias de inserção internacional para ampliar sua capacidade de resposta às demandas locais. Essa atuação mostra-se particularmente relevante devido às limitações técnicas, financeiras e administrativas enfrentadas por muitos municípios na implementação de políticas relacionadas aos ODS, especialmente aquelas voltadas ao planejamento urbano, à infraestrutura e à redução das desigualdades sociais.

Ao aproximar as prioridades locais dos compromissos estabelecidos pela Agenda 2030, a cooperação internacional descentralizada favorece o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e experiências capazes de qualificar a gestão pública e ampliar a efetividade das políticas urbanas. Rocha et al. (2017) destacam que a articulação internacional dos municípios representa uma oportunidade para a obtenção de conhecimento técnico, de aperfeiçoamento de políticas públicas e para promoção do desenvolvimento local, sobretudo por meio da construção de parcerias e da aproximação com organismos e atores internacionais.

Nessa lógica, a constituição de parcerias técnicas e a participação em programas de cooperação internacional contribuem para o fortalecimento das capacidades institucionais dos governos subnacionais, permitindo o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao planejamento urbano sustentável, à adaptação às mudanças climáticas e ao aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos essenciais (ROCHA et al., 2017; PNUD, 2024). Essas iniciativas reforçam a construção de cidades mais inclusivas, resilientes e ambientalmente sustentáveis, em consonância com os princípios estabelecidos pelo ODS 11 e pelo ODS 17, que reconhecem as parcerias como elemento indispensável para a implementação do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Sob essa perspectiva, a cooperação internacional descentralizada constitui um mecanismo capaz de aproximar os compromissos globais das demandas específicas dos territórios, favorecendo estratégias de desenvolvimento urbano compatíveis com as realidades locais. Conforme observam Rocha et al. (2017), embora muitos municípios ainda enfrentem limitações relacionadas à escassez de recursos, profissionais qualificados e conhecimento técnico, a cooperação internacional apresenta potencial para ampliar sua capacidade de articulação, fortalecer a gestão pública e estimular a internacionalização das administrações municipais. Além de contribuir para o aprimoramento da governança local e do planejamento participativo, esse modelo possibilita o protagonismo dos governos subnacionais na implementação da Agenda 2030 ao incentivar a atuação conjunta entre poder público, iniciativa privada, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

Nesse ponto, a efetividade dessas iniciativas está diretamente relacionada ao cumprimento dos ODS, que orientam as ações voltadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental e constituem o principal marco internacional para a implementação da Agenda 2030 (ROCHA et al., 2017; PNUD, 2024; ONU, 2015).

3.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Conforme discutido no tópico anterior, a Agenda 2030 constitui o principal marco internacional orientador das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam sua estrutura operacional, composta por 17 objetivos e 169 metas voltados à erradicação da pobreza, à proteção do meio ambiente e à promoção de melhores condições de vida para toda a população mundial até 2030 (ONU, 2015). Estruturada a partir das dimensões econômica, social e ambiental, a Agenda reconhece que a implementação dessas metas depende da atuação articulada entre governos nacionais, subnacionais, organizações da sociedade civil e iniciativa privada, evidenciando a importância da cooperação entre diferentes níveis de governança (ONU, 2015).

O ODS 6 – Água Potável e Saneamento, enfatiza a importância de “garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos”, incluindo metas que abrangem o acesso universal à água potável, saneamento adequado e gestão sustentável dos recursos hídricos. A concretização deste objetivo é essencial para reduzir desigualdades em saúde pública, proteger ecossistemas e promover bem-estar social. Por sua vez, o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis tem como propósito “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, abordando questões como acesso à habitação adequada, transporte sustentável, gestão participativa e redução dos impactos ambientais das áreas urbanas.

Em complemento, o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação reafirmam que a realização dos demais objetivos depende de parcerias globais fortalecidas, incluindo cooperação internacional, transferência de tecnologia, financiamento e coordenação entre diferentes atores — públicos e privados — para ampliar os recursos e capacidades destinados ao desenvolvimento sustentável.

No âmbito municipal, a Agenda 2030 revela-se especialmente relevante, pois grande parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está diretamente vinculada às competências e aos desafios da gestão pública local, sobretudo nas áreas de planejamento urbano, infraestrutura, gestão de recursos hídricos e prestação de serviços públicos essenciais.

A territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entendida como sua incorporação aos planos e às políticas públicas municipais, possibilita que os governos locais definam prioridades de acordo com as características de seus territórios, acompanhem indicadores e desenvolvam estratégias integradas voltadas ao desenvolvimento

sustentável. No Brasil, iniciativas como o Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), têm contribuído para esse processo ao disponibilizar instrumentos de planejamento, capacitação técnica e mecanismos de apoio à implementação da Agenda 2030.

Nesse contexto, a atuação do PNUD evidencia que a efetivação da Agenda 2030 depende não apenas da formulação de políticas públicas, mas também do fortalecimento institucional dos governos locais e da atuação coordenada entre diferentes atores públicos e privados. Essa dinâmica reforça o papel da cooperação internacional descentralizada como mecanismo de apoio ao desenvolvimento sustentável, ao favorecer a articulação de parcerias, o compartilhamento de conhecimentos e o aprimoramento da gestão pública.

4. Paradiplomacia e a atuação internacional dos governos subnacionais

Os governos subnacionais encontraram seu papel internacional com a intensificação da globalização e com o aumento de questões que se estendem para além das fronteiras nacionais. Problemas como as mudanças climáticas, o desenvolvimento urbano, a mobilidade, o saneamento básico e a redução da desigualdade começaram a exigir respostas que não dependessem exclusivamente da ação dos governos centrais. Nesse contexto, os estados e os municípios passaram a estabelecer contatos com organizações internacionais, cidades estrangeiras e redes de cooperação voltadas para a troca de conhecimentos, a mobilização de recursos e a finalidade de fortalecer suas capacidades institucionais. Segundo Vigevani (2006), isso não significa a substituição da política externa executada pela União, mas, sim, um maior envolvimento de entidades não federais nos assuntos internacionais sobre temas orientados para interesses locais.

De acordo com Cezário (2011), esta inserção internacional decorre da necessidade de nos adaptarmos às mudanças na ordem global e de incorporar novas estratégias capazes de apoiar o desenvolvimento territorial e melhorar a gestão pública.

A intensificação da ação internacional dos governos subnacionais motivou a elaboração de conceitos que procuram elucidar essa tendência representada pelos atores subnacionais nas relações internacionais, como a paradiplomacia e a cooperação internacional descentralizada. A paradiplomacia, para Lecours (2008), consiste nas iniciativas empreendidas globalmente por Estados e municípios em um amplo espectro que inclui a promoção de economias locais, bem como a cooperação técnica, cultural ou política.

Salomón (2008), por sua vez, observa que essas iniciativas passaram a ter uma natureza cada vez mais estratégica, deixando de repetir apenas ações isoladas para integrar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos territórios. Nesse sentido, difere da cooperação internacional descentralizada e “amarga”, baseada em relações horizontais entre governos subnacionais, focada principalmente na troca de experiências, na transferência de conhecimento e na solução conjunta de problemas. Cezário (2011) observa que esse processo amplia as possibilidades de inserção internacional dos municípios e reforça sua capacidade institucional de formular políticas públicas mais qualificadas, realizando interesses locais com as oportunidades proporcionadas pelo contexto internacional.

A consolidação dessa atuação internacional também pode ser observada na criação de estruturas administrativas voltadas às relações internacionais no âmbito municipal. Ao analisar esse processo, Junqueira (2015) destaca que o surgimento das Secretarias Municipais de Relações Internacionais representa um marco na institucionalização da inserção internacional dos municípios brasileiros, conferindo maior continuidade às ações de cooperação e reduzindo sua dependência de iniciativas pontuais de cada gestão. Além de ampliar a capacidade de articulação com organismos internacionais e outras cidades, essas estruturas contribuem para identificar oportunidades de cooperação técnica, captação de recursos e intercâmbio de experiências. Embora ainda estejam concentradas, em sua maioria, em municípios de maior porte, sua expansão demonstra que a internacionalização da gestão pública passou a integrar, de forma gradual, as estratégias de desenvolvimento local.

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, a atuação internacional dos governos subnacionais ainda enfrenta desafios significativos. Vigevani (2006) ressalta que limitações de ordem jurídica, financeira e administrativa condicionam a participação de estados e municípios nas relações internacionais, sobretudo em razão da distribuição constitucional de competências e da reduzida capacidade institucional de parte dos governos locais. Soma-se a esse cenário a escassez de equipes técnicas especializadas e de recursos financeiros, fatores que dificultam a elaboração e a execução de projetos de cooperação internacional. Ainda assim, experiências desenvolvidas em diversos municípios brasileiros demonstram que essas restrições podem ser parcialmente superadas por meio da participação em redes de cooperação, da celebração de parcerias técnicas e da aproximação com organismos internacionais. Rocha et al. (2017) observam que essas iniciativas ampliam as oportunidades de aprendizagem institucional, favorecem a circulação de conhecimentos e fortalecem a capacidade dos municípios para responder às demandas do desenvolvimento local.

A relação entre a atuação internacional dos governos subnacionais e o desenvolvimento sustentável torna-se mais evidente diante dos desafios enfrentados pelas cidades brasileiras. Problemas relacionados ao saneamento básico, à infraestrutura urbana, à mobilidade, à gestão ambiental e às mudanças climáticas exigem respostas que ultrapassam os limites da administração local e demandam cooperação entre diferentes níveis de governo e instituições. Ao analisar o processo de urbanização brasileira, Rolnik e Klink (2011) argumentam que o crescimento econômico não foi acompanhado, de forma homogênea, pela redução das desigualdades urbanas e pela ampliação da infraestrutura nas cidades. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas capazes de articular desenvolvimento urbano, inclusão social e sustentabilidade.

Nesse cenário, a cooperação internacional descentralizada amplia o acesso dos municípios a conhecimentos técnicos, tecnologias, fontes de financiamento e experiências desenvolvidas em outros territórios, fortalecendo sua capacidade de formular e implementar políticas públicas mais qualificadas. Como ressaltam Rocha et al. (2017), a paradiplomacia pode constituir um importante instrumento para ampliar oportunidades de desenvolvimento e fortalecer a gestão municipal.

Dessa forma, a atuação internacional dos governos subnacionais contribui para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles relacionados à água e ao saneamento (ODS 6), às cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e às parcerias para o desenvolvimento (ODS 17).

5. Diagnóstico de Jaboatão (2017–2022)

5.1 Caracterização territorial, desenvolvimento urbano e desafios estruturais

O município de Jaboatão dos Guararapes está inserido na Região Metropolitana do Recife e é crucial para a dinâmica urbana de Pernambuco. Possui uma população de aproximadamente 644 mil habitantes e é um dos municípios mais populosos do estado e sua configuração territorial combina áreas altamente urbanizadas com áreas rurais e uma extensa faixa costeira. O processo desigual de urbanização com pontos estratégicos para o crescimento econômico ao lado de extensas áreas que sofrem com déficits de infraestrutura e com alta vulnerabilidade social e ambiental se expressa por meio dessa diversidade espacial (IBGE, 2022).

Milton Santos (1993), ao analisar a urbanização brasileira, argumenta que a expansão das cidades não foi sinônimo de acesso igualitário à infraestrutura urbana e aos serviços. Em vez de criar um espaço capaz de igualar, o processo de crescimento urbano produziu um espaço altamente desigual, no qual investimentos concentrados caminharam lado a lado com condições ampliadas de precariedade. Essa visão contribui para a compreensão do que o município de Jaboatão dos Guararapes vivencia atualmente: um processo em que o crescimento populacional e a ocupação urbana não foram acompanhados por políticas públicas capazes de fornecer infraestrutura e planejamento territorial compatíveis com as transformações demográficas que ocorrem nesse contexto.

Rolnik e Klink (2011) também abordam essa lógica: os autores apontam que, apesar do boom econômico das cidades brasileiras, seu processo histórico de segregação socioespacial não foi revertido, nem foi alcançado acesso homogêneo à infraestrutura urbana. Em Jaboatão dos Guararapes, eles se revelam na ocupação de áreas ecologicamente frágeis, como encostas de morros e margens de cursos d'água, onde obras precárias de infraestrutura urbana aumentam a vulnerabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, reduzem a qualidade de vida.

No que se refere ao saneamento básico, os indicadores apontam alguns avanços, mas também destacam desafios que persistem. Os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO, 2026) mostram que, embora a cobertura de abastecimento de água seja mais ampla, os serviços de coleta e tratamento de esgoto permanecem abaixo da universalização — uma situação que afeta diretamente tanto as condições ambientais quanto a saúde pública. Da mesma forma, a gestão de resíduos sólidos ainda é um desafio para o município, que depende da alta densidade populacional e das dinâmicas urbanas para realizar investimentos contínuos na coleta, no descarte ambientalmente adequado e em ações de educação ambiental. Um estudo de Filho et al. Segundo Santos et al. (2024), mostra que a gestão integrada de esgoto e resíduos sólidos é um dos maiores desafios para a sustentabilidade urbana de Jaboatão dos Guararapes.

Essas características sugerem que os problemas do município não estão relacionados apenas ao crescimento urbano, mas também às suas dinâmicas no próprio território. A cidade reproduz desigualdades produzidas por relações econômicas, sociais e políticas que estruturam o espaço urbano (SANTOS, 1993). Portanto, para compreender como a infraestrutura e o saneamento são realizados hoje em Jaboatão dos Guararapes, devemos ver que isso não é apenas um problema do presente: o estado atual desses sistemas de redes faz parte de um

processo que foi armazenado por anos na sua urbanização. Além disso, é importante destacar que constitui um eixo central ao pensar em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável.

5.2 Capacidades institucionais e governança para o desenvolvimento sustentável

A questão do desenvolvimento urbano sustentável não está relacionada apenas à disponibilidade de recursos financeiros ou à implementação de projetos de infraestrutura. Peci (2026) menciona que os Estados alcançaram, para a implementação dos ODS, autonomia e coordenação por meio de um mecanismo permanente capaz de integrar capacidades analítica, operacional e política.

Isso se conecta à reflexão de Vigevani (2006), apontando que os governos subnacionais passaram a assumir funções cada vez mais complexas, mas não dispunham, em seu nível, de formação contínua e aprimoramento dos seus recursos administrativos. Dessa maneira, a capacidade institucional dos municípios deixa de ser apenas uma ferramenta administrativa e passa a contribuir como um ingrediente relevante na elaboração e na execução de políticas públicas que buscam o desenvolvimento sustentável.

Em Jabotão dos Guararapes, a existência de instrumentos de planejamento urbano e ambiental evidencia-se desde o Plano Diretor de 2006 até o seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2021), sendo trechos que acabam por orientar o planejamento do uso do solo e a oferta de serviços públicos essenciais. Ainda assim, ter esses instrumentos não significa, por si só, que eles serão implementados corretamente. As políticas públicas no âmbito da Agenda 2030, como destaca Peci (2026), representam uma necessidade de planejamento de longo prazo, envolvendo mobilização social e coordenação entre diferentes órgãos governamentais, com base em disposições sistêmicas sobre informações e evidências para sustentar a tomada de decisão. A falta de integração é o que tende a afetar a eficácia das ações públicas — especialmente no que diz respeito a problemas transversais que exigem a participação de mais de uma área dentro de uma mesma administração pública.

A literatura também aponta a questão da fragmentação institucional como um obstáculo a ser superado. Para Koga et al. Formatted as (2020), a implementação dos ODS requer a criação de uma governança inovadora que conecte os diferentes níveis de governo, implemente a coordenação horizontal entre agências públicas e aumente a colaboração da sociedade civil.

Além disso, Peci (2026) ressalta que a insuficiente coordenação entre instituições permanece como um dos principais desafios para implementar a Agenda 2030 no Brasil, pois dificulta a integração entre políticas públicas e torna mais difícil enfrentar problemas complexos.

No período analisado (2017–2022), a gestão municipal enfrentou eventos de precipitação de alta intensidade que revelaram vulnerabilidades históricas associadas à drenagem urbana, à ocupação de áreas propensas a inundações e à falta de infraestrutura adequada em algumas regiões dentro do território municipal.

Esses incidentes, em vez de constituírem episódios isolados, evidenciaram o valor de considerar critérios de prevenção, adaptação às mudanças climáticas e gestão de riscos no planejamento urbano. Conforme destaca o ONU-Habitat (2022), cidades mais resilientes dependem da integração entre planejamento territorial, infraestrutura, sustentabilidade ambiental e inclusão social, pressupostos que dialogam diretamente com os ODS.

6. Estratégias para o Desenvolvimento Urbano Sustentável

6.1 Fortalecimento da governança local e das capacidades institucionais

A apresentação do capítulo anterior indica que os problemas enfrentados por Jaboaão dos Guararapes não se originam apenas de déficits de infraestrutura urbana ou da ampliação dos serviços de saneamento. Outro aspecto importante que influencia o sucesso das políticas públicas é a capacidade institucional de cada município de planejar, coordenar e executar ações de forma contínua e integral. Em direção semelhante à de Peci (2026), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) afirma que fortalecer as instituições públicas é uma condição prévia necessária para transformar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em políticas locais operacionais.

Assim, o fortalecimento da governança municipal não deve ser visto como um obstáculo, mas sim como a continuação lógica de tornar a administração pública cada vez melhor em todo o âmbito. Isso impõe pressão sobre as instituições para treinar continuamente os funcionários e simplificar os processos administrativos, ao mesmo tempo em que integra mecanismos para incentivar a coordenação entre departamentos. De acordo com Barreto e Andrade (2022), cidades mais inteligentes e sustentáveis são menos sobre tecnologias isoladas e mais sobre os governos saberem como usar essa tecnologia para aprimorar o planejamento urbano, ampliar a participação social ou refinar a prestação de serviços públicos.

Essa perspectiva, conforme a interpretação de Silva Neto (2004), também se aproxima do pensamento de Milton Santos, para quem a compreensão do espaço urbano deve partir das relações sociais que nele se desenvolvem, colocando as necessidades da população no centro do planejamento e da ação pública, entendendo que a cidade não pode ser concebida apenas como suporte da atividade econômica, mas como espaço de realização da vida social e de promoção da justiça espacial.

Um segundo ponto tem a ver com a geração de conhecimento, como instrumental para a formulação de políticas públicas. A integração da administração municipal, das universidades e dos centros de pesquisa melhora o acesso a estudos técnicos, indicadores e recursos metodológicos que podem orientar a tomada de decisão em uma variedade de questões urbanas, como saneamento, mobilidade, habitação e adaptação às mudanças climáticas. De acordo com a ONU-Habitat (2022), no entanto, o planejamento urbano sustentável só pode ser alcançado por meio de decisões baseadas em evidências, bem como da integração intersetorial das partes da administração pública. Da mesma forma, para Peci (2026), o uso sistemático de informações qualificadas fortalece o Estado no aprimoramento das respostas a problemas urbanos cada vez mais complexos.

A qualificação municipal também inclui a melhoria contínua da capacidade do município de estabelecer relações cooperativas com outros atores nacionais e internacionais. Numa reflexão, Salomón (2008) destaca que vários governos subnacionais no Brasil começaram a organizar unidades administrativas voltadas para as relações internacionais, com o objetivo de intensificar sua participação em programas de cooperação técnica e [otimizar] o acesso ao conhecimento e à expertise estabelecidos em outros locais.

Ao analisar o caso brasileiro da paradiplomacia, Batista (2019) argumenta que um fator determinante é menos a presença de estruturas administrativas amplas e mais o potencial de capacidade de coordenação institucional e de planejamento de médio prazo, em conformidade com as prioridades locais. Nesse sentido, a criação ou o fortalecimento de um núcleo responsável pelas relações internacionais pode ser uma importante ferramenta de apoio à gestão municipal, seja ao ampliar oportunidades de cooperação técnica ou de projetos com uma abordagem de desenvolvimento urbano sustentável.

6.2 Cooperação internacional descentralizada como estratégia para o desenvolvimento urbano sustentável

De acordo com Salomón (2008), as relações internacionais dos governos subnacionais passaram de práticas esporádicas para se tornar elementos incluídos nas estratégias locais de desenvolvimento. Da mesma forma, para Schimanski et al. (2025) a cooperação internacional descentralizada complementa o papel de destaque dos municípios ao criar soluções compartilhadas para problemas comuns, incluindo a troca técnica e institucional, sem substituir as autoridades públicas locais.

Tendo em vista isso, a criação de vínculos entre municípios e redes de cooperação internacional é uma forma de intervenção muito promissora e de baixo custo. Organizações como a Mercocidades, Cidades Unidas e Governos Locais (CGLU) e ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade – também promovem a troca de boas práticas, formam equipes técnicas e desenvolvem, em conjunto, projetos de sustentabilidade urbana. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), ao integrar tais redes, ampliam-se as possibilidades de cooperação técnica, aproximam-se os vínculos com organismos internacionais e contribui-se para a implementação de políticas públicas alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente se estiver relacionada a um planejamento normalmente institucionalizado. Batista (2019) também sustenta esse entendimento ao mostrar que a paradiplomacia gera resultados positivos quando é incorporada às prioridades do desenvolvimento local e a estruturas administrativas mais permanentes.

Além do engajamento em redes internacionais, programas específicos de cooperação cidade-cidade têm demonstrado resultados importantes no que diz respeito à implementação de soluções inovadoras para questões urbanas contemporâneas. Um exemplo desse modelo é representado pela Cooperação Internacional Urbana e Regional – América Latina e Caribe (IUC-LAC), que apoia parcerias entre municípios de cidades latino-americanas que desejam compartilhar lições aprendidas em desenvolvimento urbano, adaptação às mudanças climáticas, mobilidade sustentável e desenvolvimento territorial com municípios europeus.

Esse tipo de cooperação, por sua vez, mostra que a internacionalização não ocorre apenas por meio de recursos que entram nos governos locais, mas sim pelo estabelecimento de relações estáveis que permitam a aprendizagem institucional. De forma semelhante, Schimanski et al. (2025) enfatiza como esses processos possibilitam soluções mais adaptadas

às necessidades de cada território, enquanto as oportunidades geradas pela cooperação internacional descentralizada estão principalmente relacionadas ao fortalecimento das capacidades locais, à circulação de conhecimento e à melhoria das políticas públicas municipais.

7. Considerações Finais

A análise apresentada durante esta pesquisa mostra que, embora as teorias do desenvolvimento sustentável sejam diferentes, elas convergem para um único ponto: a necessidade de conciliar as dimensões econômica, social e ambiental como base essencial para a concepção de políticas públicas que devem contribuir para uma forma de desenvolvimento mais equilibrada e duradoura. Nesse contexto, a cooperação internacional descentralizada mostrou-se um instrumento capaz de ampliar oportunidades de qualificação da gestão pública, favorecer o intercâmbio de conhecimentos, fortalecer capacidades institucionais e apoiar a implementação de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Embora não represente uma única solução para os desafios enfrentados pelos municípios brasileiros, sua utilização estratégica pode potencializar iniciativas locais e contribuir para a construção de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.

Os resultados da pesquisa indicam que os desafios enfrentados em Jaboatão dos Guararapes refletem problemas presentes em muitos municípios do Brasil, especialmente aqueles localizados em áreas metropolitanas caracterizadas por desigualdades socioespaciais e déficits de infraestrutura e de serviços públicos, como saneamento básico, drenagem urbana, mobilidade, gestão ambiental e uso do solo, pois ultrapassam as limitações do município como unidade administrativa e exigem cooperação intergovernamental entre municípios e os governos estadual e federal ao longo do tempo. Necessitando, portanto, de uma governança intergovernamental que forneça o arcabouço necessário para investimentos estruturais e possa maximizar o impacto das políticas públicas.

Seguido as palavras de Milton Santos (2006, p. 213), “todo lugar é, de algum modo, o mundo”, uma afirmação que sintetiza o conhecimento de que os desafios locais também fazem parte da realidade global e de que muitas soluções — para múltiplos problemas — apenas surgem por meio da negociação entre diferentes níveis de ação.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Discursos da sustentabilidade urbana*. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, 1999. (1), 79. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>. Acesso em: 29 de nov. 2025

BALBIM, Renato Nunes. **A insustentabilidade do desenvolvimento urbano sustentável**. Texto para Discussão, No. 2918, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2023. <https://doi.org/10.38116/td2918-port>

BARRETO, Vitória Rodrigues; ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. Cidades Inteligentes: uma ferramenta para o Desenvolvimento Urbano Humano e Sustentável. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, Brasil, v. 8, n. 1, p. 14 páginas, 2022. DOI: 10.18224/baru.v8i1.8802. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/8802>. Acesso em: 22 de nov. 2025

BATISTA, Leandra Myrela Pereira. **A paradiplomacia estadual da Paraíba: características do ambiente paradiplomático em construção**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BRASIL. **Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>. Acesso em: 20 out. 2025.

CEZÁRIO, Gustavo de Lima. **Atuação global municipal: dimensões e institucionalização**. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/nosso-futuro-comum-relatorio/>. Acesso em: 28 de out. 2025

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Implementação de políticas públicas por meio da cooperação internacional descentralizada**. Brasília: CNM, 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **As áreas internacionais dos municípios brasileiros**. Observatório da Cooperação Descentralizada – Etapa 1. Brasília:

CNM, 2011. ISBN 978-85-99129-40-1. 120 p. Disponível em: <https://cnm.org.br/biblioteca/download/375>. Acesso em: 10. out. 2025

COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 2, p. 55–71, nov. 1999. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/37/23>. Acesso em: 12 out. 2026. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p55>

CRUZ, Maria Júlia Oliveira Ribeiro da; PESSINA, Maria Elisa Huber; PEREIRA, Cecília Cruz. **Capacidades estatais municipais e cooperação internacional para o desenvolvimento: uma análise do município de Salvador-BA.** [S.l.]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), [ano]. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/142/approved/02bfla8bb2a792e32a8b9d57c293b349.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2025

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Jeffrey Sachs: Construção de um Modelo Econômico Justo, Solidário e Sustentável* [vídeo]. YouTube, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gro5MvFUBrU>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GOMES, Amanda C. T. Pereira. **Rede de cidades da aprendizagem - uma nova perspectiva de educação ambiental:** estudo de caso do município de Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco, Brasil. Orientador: Prof. Dra. Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso. 2018. Dissertação (Mestre em Gestão Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), [S. l.], 2018. f. 96. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/83>. Acesso em: 13 set. 2025.

GT AGENDA 2030. **O que é a Agenda 2030.** [S.l.]: *GT Agenda 2030*, [s.d.]. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>. Acesso em: 26 mai. 2026

ICLEI – GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE. *Quem somos.* São Paulo: ICLEI América do Sul, [2025]. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. O saneamento em Jaboatão dos Guararapes (PE). *Municípios e Saneamento.* Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pe/jaboatao-dos-guararapes>. Acesso em: 13 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Jaboatão dos Guararapes: Panorama*. Rio de Janeiro: **IBGE**, [2025]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/jaboatao-dos-guararapes.htm>

INTERNATIONAL URBAN AND REGIONAL COOPERATION – LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (IUC-LAC). *Página inicial*. [S. l.]: European Union, [2025]. Disponível em: <https://iuc.eu/lac-pt/pagina-inicial/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

JABOATÃO DOS GUARARAPES (PE). Secretaria Municipal de Infraestrutura. *Termo de Referência para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)*. Jaboatão dos Guararapes, 2021. Disponível em https://portaldatransparencia.jaboatao.pe.gov.br/uploads/2022/07/Termo_de_Referencia_ajustado_Menor_Precos_PMSB_2_93832942019523-completo-alt-27-12-21-assinado-1.pdf. Acessado em 12 de jul. de 2026.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **A criação das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIs) como nova realidade da inserção internacional dos entes subnacionais brasileiros**. *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*, n. 21, p. 71-83, set./dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6477>. Acesso em: 18 de jan de 2026.

LECOURS, André. **Political issues of paradiplomacy: lessons from the developed world**. Netherlands: Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’, 2008.

MERCOCIDADES. *Quem somos*. Montevideu, [2025]. Disponível em: <https://mercociudades.org/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 14 jul. 2026.

PAINEL SANEAMENTO BRASIL. Indicadores de saneamento para Jaboatão dos Guararapes (PE). Trata Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/index?id=260790>. Acesso em: 14 out. 2025

PECI, Alketa. **Capacidades estatais críticas para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2026. (Cadernos Enap, n. 165).

PEREIRA, A.; FERREIRA, R. Educação ambiental e a importância da utilização dos resíduos urbanos no Município de Jaboatão dos Guararapes/PE. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 66–80, 2013. DOI: 10.22292/mas.v4i2.187. Disponível em:

<https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/187>. Acesso em: 13 de dez. 2025

PEREIRA, Amanda Christina Gomes Tabosa. **Rede de cidades da aprendizagem: uma nova perspectiva de educação ambiental**: estudo de caso do município de Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco, Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Recife, 2018.

PESSOA NETO, Gouveia; SILVA, Simone Rosa da; BARBOSA, Ioná Maria Beltrão Rameh. *Mapeamento das áreas suscetíveis às inundações e aos alagamentos no município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco*. **Boletim de Geografia**, v. 40, p. 277–296, 16 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v40.a2022.e63948>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES. **Diagnóstico VF completo – Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)**. Jaboatão dos Guararapes, PE, 27 fev. 2023. Disponível em: https://portaldatransparencia.jaboatao.pe.gov.br/uploads/2023/03/Diagn%C3%B3stico_VF_%20Completo%20-%20PMSB%20%281%29_27_2_23%20%28Marca%29%20%281%29_compressed.pdf. Acesso em: 11 de out. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: PNUD, 2021. Disponível em: Guia de Territorialização e Integração dos ODS. Acesso em: 14 jul. 2026.

ROCHA, Gustavo de Andrade et al. **Potencial para cooperação internacional em municípios selecionados do interior pernambucano**. Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA, 2017.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen Johannes. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?** Anais. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002201055>. Acesso em: 26 de jan. 2026.

SALOMÓN, Mónica. **Los estados y municipios brasileños como actores de la cooperación internacional**. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, Madrid, n. 22, p. 145-159, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1). Disponível em: <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>. Acesso em: 17 de dez. 2025.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000870648>. Acesso em: 27 mai 2026.

SCHIMANSKI, Silvana; MENEZES, Luana; SILVA, Francisco Mateus Amaro da; ANDRADE, Janylle do Nascimento; SANTOS, Ana Paula Ferreira dos. **Cooperação internacional descentralizada: oportunidades e desafios para municípios**. *C@lea – Revista Cadernos de Aula do LEA*, Pelotas, v. 13, 2025.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. **Cidades inteiras de homens inteiros: o espaço urbano na obra de Milton Santos**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 11–22, jan./jun. 2004

SILVA, Julio. **Cidades saudáveis e sustentáveis: como o planejamento urbano aprimora a vida das pessoas**. *Jornal da USP*, São Paulo, 20 fev. 2025. Atualizado em: 7 jul. 2025. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=855672>. Acesso em: 14 jul. 2026.

SOBRINHO, Carlos Aurélio. **Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília, Marília,

2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/db8f2aee-81b8-4b69-9e2d-2bc4c0e66bfa/content>. Acesso em: 12 de dez. 2025

VIGEVANI, Tullo. **Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, p. 127-169, 2006.